

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 06/2011**

Período: 09/04/2011 – 15/04/2011

GEDES – Brasil

- 1- Incorporação de helicópteros russos à FAB é suspensa
- 2- França reitera as vantagens dos caças Rafale e pressiona Brasil para aquisição das aeronaves
- 3- Coluna opinativa avalia participação do Brasil na Segunda Guerra
- 4- Brasil apresenta um dos maiores índices de aumento de gastos militares no ano de 2010
- 5- Estabelecimento da Comissão da Verdade é defendido por autoridades
- 6- Arquivos militares I: Arquivo Nacional disponibiliza documentos que apontam que a Aeronáutica monitorou políticos e organizações após o regime militar
- 7- Arquivos militares II: documentos disponibilizados pela Aeronáutica revelam como foi a atuação da VAR- Palmares durante o regime militar
- 8- Arquivos militares III: jornalista e historiador Hugo Studart tem dificuldade para doar seu acervo de documentos sobre o período militar
- 9- Embraer busca parcerias para melhor se posicionar na disputa pelo fornecimento de tecnologia às Forças Armadas Brasileiras
- 10- Em feira de defesa e segurança, Nelson Jobim discursa em prol de lei que garanta investimentos na área de defesa
- 11- Projeto que prevê o fim do sigilo eterno de documentos ultrassecretos deve ser aprovado pelo Senado
- 12- União Européia convida o Brasil para participar das missões de paz do bloco
- 13- Associação de militares tenta barrar novela sobre o período militar

1- Incorporação de helicópteros russos à FAB é suspensa

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, decidiu suspender a incorporação do lote final de helicópteros russos à Força Aérea Brasileira (FAB), segundo informação veiculada no jornal *O Estado de S. Paulo*. O contrato de compra dos modelos Mi-35 (rebatizados no Brasil como AH-2 Sabre) não foi cancelado, apenas suspenso devido aos cortes orçamentários do governo federal e problemas técnicos, como a incompatibilidade entre a eletrônica de bordo e o sistema de comunicações brasileiro. O contrato entre Brasil e Rússia previa a entrega de 12 helicópteros. Metade das unidades já foi incorporada à FAB em abril do ano passado e a outra metade deveria ser entregue até o fim deste ano. O acordo inicial de compra foi assinado em outubro de 2008 pelo então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. (*O Estado de S. Paulo – Nacional – 09/04/11*)

2- França reitera as vantagens dos caças Rafale e pressiona Brasil para aquisição das aeronaves

De acordo com notícia veiculada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, o ex-ministro das Relações Exteriores da França, Bernard Kouchner, que colaborou

no estabelecimento do acordo militar entre França e Brasil no valor de R\$ 22,5 bilhões em setembro 2009, insinuou que o Brasil não está cumprindo sua parte acordada. Segundo Kouchner, a França já efetuou a compra de 10 aeronaves KC-390 da Embraer e esperava-se que a compra dos caças Rafale, da empresa Dassault, para a Força Aérea Brasileira (FAB) fosse concretizada. No entanto, o governo brasileiro ainda não decidiu a respeito da aquisição das aeronaves. Segundo o *Jornal do Brasil*, no dia 12/04/11, o embaixador Josselin de Rohan, presidente da Comissão de Relações Exteriores e Forças Armadas da França, se reuniu com Fernando Collor, presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado brasileiro, para discutir sobre a aproximação dos países no âmbito estratégico, tendo como principal pauta a aquisição dos caças Rafale. Rohan asseverou que a França, diferentemente dos Estados Unidos, realizará plena transferência da tecnologia das suas aeronaves. Segundo o *Estado* além da França, Estados Unidos, com a aeronave F18 e Suécia, com o caça Gripen, disputam a preferência brasileira na licitação do projeto FX-2, que deverá ser concretizado, como o governo de Dilma Rousseff já indicou, apenas em 2012. (*Jornal do Brasil - Premium - 14/04/11; O Estado de S. Paulo – Nacional – 09/04/11*)

3- Coluna opinativa avalia participação do Brasil na Segunda Guerra

Em coluna opinativa ao jornal *Folha de S. Paulo*, João Barone, produtor do documentário “Um Brasileiro no Dia D”, e filho de um pracinha que participou da Segunda Grande Guerra, argumentou que a atuação do Brasil neste confronto não deve ser avaliada negativamente. Barone avaliou que, independentemente do número de recursos enviados ou do caráter político da participação (estar ao lado dos Estados Unidos da América em suas missões), a presença do Brasil na guerra deve ser valorizada, e jamais esquecida. Para ele, o fato de o país ter cruzado o Atlântico, e enfrentado os nazistas, já é um grande sucesso, pois representa a entrada do Brasil nos temas de grande importância da época. (*Folha de S. Paulo – Opinião – 10/04/11*)

4- Brasil apresenta um dos maiores índices de aumento de gastos militares no ano de 2010

Conforme noticiado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, o Instituto Internacional de Estudos da Paz de Estocolmo (Sipri) divulgou, no dia 10/04/11, um relatório contendo os gastos militares mundiais no ano de 2010. Segundo o periódico, a América do Sul ganhou destaque ao se classificar como a região na qual os índices apresentaram maior crescimento. A contribuição mais expressiva na região foi dada pelo Brasil, cujos gastos militares correspondem a 80% do aumento das despesas totais dos países sul-americanos. No ranking mundial dos gastos militares, o Brasil ocupou o 11º lugar no ano de 2010, investindo 1,6% do Produto Interno Bruto (PIB) nesse setor. Em comparação com o ano de 2009, o Brasil aumentou suas despesas militares em 9,3%. De acordo com os dados, no caso brasileiro, os gastos estão relacionados ao projeto de reaparelhamento das Forças Armadas, além das despesas com salários e pensões. De uma forma geral, conforme a análise feita pelo instituto, um dos fatores que permitiu esse crescimento na região foi a boa recuperação com relação à crise econômica de 2008. Todavia, o Sipri apontou que as despesas

bélicas não deveriam ser prioridade em uma região que apresenta “carências sociais mais urgentes”, e ainda defende que os gastos militares deveriam ser tratadas com maior transparência, inclusive no âmbito da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) (Folha de S. Paulo – Mundo – 11/04/11; O Estado de S. Paulo – Internacional – 12/04/11).

5- Estabelecimento da Comissão da Verdade é defendido por autoridades

Em coluna opinativa para o jornal *Folha de S. Paulo*, Amerigo Incalcaterra, representante regional da América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos, defendeu a criação da Comissão da Verdade referente ao “direito das vítimas e seus familiares à memória e à verdade” em acontecimentos ocorridos durante o regime militar brasileiro (1964-1985). Além disso, Incalcaterra afirmou que a Comissão poderá unir a sociedade brasileira e fortalecer seu processo democrático. O representante citou o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, apresentado em 2010, o qual faz referência ao estabelecimento da Comissão da Verdade. Segundo Incalcaterra, Dilma Rousseff, presidente da República, e Maria do Rosário, ministra dos Direitos Humanos, reiteraram várias vezes a necessidade de se estabelecer tal projeto. De acordo com *O Estado de S. Paulo*, Paulo Abrão, secretário nacional de Justiça e presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, elogiou a posição do Uruguai de julgar membros do Estado que atentaram contra os direitos humanos no país, e asseverou a necessidade da instalação da Comissão no Brasil como um direito da população brasileira. O projeto que prevê a instauração da Comissão ainda tramita na Câmara dos Deputados. (Folha de S. Paulo – Opinião – 12/04/11; O Estado de S. Paulo - Internacional - 14/04/11).

6- Arquivos militares I: Arquivo Nacional disponibiliza documentos que apontam que a Aeronáutica monitorou políticos e organizações após o regime militar

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o Arquivo Nacional disponibilizou documentos históricos que revelam que a Aeronáutica monitorou políticos, partidos e organizações de esquerda mesmo após o fim do regime militar (1964-1985), nos governos civis de José Sarney (1985-1990), Fernando Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994). A Ordem dos Advogados do Brasil havia pedido, em março de 2008, providências da Procuradoria-Geral de Justiça Militar para que fosse averiguada a eventual destruição de documentos históricos, incluindo os relacionados à guerrilha do Araguaia, ocorrida nos anos 1970, e a procuradora-geral de Justiça Militar, Claudia Márcia Luz, solicitou informações aos comandos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, pedindo a liberação desses documentos históricos. Cerca de 50 mil documentos foram entregues em 2010 por ordem do comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, os quais foram resgatados após investigações da Aeronáutica produzidas pelo Centro de Informações e Segurança (Cisa), que mantinha escritórios nos sete comandos aéreos do país. Cerca de 1.190 documentos foram produzidos durante o governo Sarney, 111 no governo Collor e 23 no governo Itamar Franco. O restante dos documentos foi produzido durante o período militar. O serviço de inteligência da Aeronáutica também entregou ao Arquivo Nacional um relatório de 12/01/94 o qual revela que durante o governo do presidente

Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso (FHC), então Ministro da Fazenda, foi investigado pela Secretaria de Inteligência da Força Aérea Brasileira (FAB). Segundo o jornal, o documento pondera sobre o perfil de FHC, e alude ao Diálogo Interamericano, grupo de estudos do qual fazia parte, como filial à Comissão Trilateral das Américas (associação, que sob o ponto de vista de algumas teorias, almejava a dominação mundial). Quando questionado, Cardoso asseverou que não sabia que fora alvo da FAB e garantiu que o Diálogo Interamericano não estava vinculado à Trilateral. No dia 12/04/11 a FAB afirmou que não discorreria sobre documentos que não pôde conferir. No que tange à entrega dos documentos, apenas a Aeronáutica disponibilizou-os ao Arquivo Nacional, e segundo a assessoria do Ministério Público Militar, a Marinha e o Exército responderam em 2008 ter seguido a legislação que tratava da destruição de documentos, mas não esclareceram se possuíam arquivos semelhantes aos da Aeronáutica. Segundo a *Folha*, de 15/04/10, o ex-presidente e atual senador Itamar Franco, em pronunciamento no Senado, negou que tenha determinado a elaboração de relatórios sobre políticos, partidos ou organizações de esquerda pela Aeronáutica durante o período em que foi presidente da República. Ainda de acordo com o senador, o então ministro da Aeronáutica na época, o brigadeiro Lélcio Lôbo, lhe havia assegurado desconhecer tais investigações. Itamar ainda criticou a *Folha*, pela manchete de sua reportagem a respeito dos fatos e afirmou que não monitorou nenhuma autoridade durante sua gestão. (Folha de S. Paulo - Poder - 13/04/11; Folha de S. Paulo - Poder - 14/04/11; Folha de S. Paulo – Poder – 15/04/11; O Estado de S. Paulo - Nacional - 14/04/11)

7- Arquivos militares II: documentos disponibilizados pela Aeronáutica revelam como foi a atuação da VAR- Palmares durante o regime militar

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, os documentos da Aeronáutica disponibilizados em 2010 ao Arquivo Nacional, após quarenta anos de sigilo, revelam que o grupo guerrilheiro Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) conseguiu se infiltrar em uma unidade do Exército de Brasília, desviando armas do arsenal da Granja do Riacho Fundo, no período do regime militar (1964-1985). Um dos documentos, datado de 13/01/1970, indica que um grupo de inteligência do Exército prendeu dois cabos e quatro soldados que pertenciam ao VAR-Palmares, mas estavam infiltrados na corporação. O jornal informou ainda que três dias após a prisão dos infiltrados, Dilma Rousseff, atual presidente da República, e que integrava o grupo guerrilheiro, foi presa. Segundo o documento, a presença de membros da VAR-Palmares no Exército foi descoberta em uma vistoria de rotina nos armários dos militares, quando foi encontrado o livro “A verdade sobre Cuba”. O soldado dono do livro foi interrogado e confessou ser membro da organização VAR-Palmares, e ainda apontou os demais militares que participavam do grupo. De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, os documentos ainda revelam que a VAR-Palmares seguia um rígido código de conduta, uma espécie de “manual do guerrilheiro” intitulado “Resumo de Conselhos e Medidas de Segurança e Trabalho Clandestino” e se dividiam em 33 núcleos, incluindo um “grupo de ação violenta”. Outro documento da VAR-Palmares, denominado “Normas para Funcionamento em Segurança da Esquadra”, determinava que aqueles que não cumprissem as normas do grupo estariam sujeitos a “sanções”. Ainda

segundo os documentos, a VAR-Palmares tinha como objetivo criar uma “Coluna Guerrilheira” para instalar a luta armada no interior do país. (Folha de S. Paulo – Poder- 15/04/11; O Estado de S. Paulo – Nacional – 15/04/11)

8- Arquivos militares III: jornalista e historiador Hugo Studart tem dificuldade para doar seu acervo de documentos sobre o período militar

Segundo o *Jornal do Brasil*, o historiador e jornalista Hugo Studart há mais de uma década colhe documentos e depoimentos de militares que participaram da Guerrilha do Araguaia (1967-1974), totalizando cerca de 20 mil páginas, que inclui arquivos das Forças Armadas e fotografias da guerrilha. Há também documentos sobre os enfrentamentos urbanos, conseguidos por meio de militares que participaram de outras áreas institucionais e de informação, como Departamento de Ordem Política e Social (Dops), da Justiça Militar e do Superior Tribunal Militar (STM). Contudo, Studart tem encontrado dificuldade para doar seu acervo para alguma instituição que o torne acessível ao público, pois seu temor é doá-lo a uma instituição pública que classifique os documentos como secretos e os tornem inaccessíveis, até mesmo para ele. Dentre os documentos que estão em posse de Studart estão: a relação de presos e mortos em “combate com os órgãos de segurança”, produzido pela Agência de São Paulo do Serviço Nacional de Informação em 14/05/73, e a relação de 57 opositores do regime “condenados por subversão”, dentre eles os ex-ministros do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, Paulo Vanucchi e Franklin Martins, além do deputado federal José Mentor, ambos acusados de envolvimento no “processo Ibiúna” resultado do “XXX Congresso da União Estadual dos Estudantes”, em 1968. A tese de Studart, elaborada a partir desses documentos, se transformou no livro “A Lei da selva – Estratégias, imaginários e discursos dos militares sobre a guerrilha do Araguaia”. O livro revela a existência de três campanhas diferentes para combater os guerrilheiros, sendo que nas duas primeiras não houve violações de direitos humanos; já na terceira campanha o comando das operações foi retirado das tropas regulares e passado ao Centro de Informações do Exército (CIE), o serviço secreto, que foi à região do Araguaia disfarçado e desvendou a rotina e os planos dos guerrilheiros. Segundo o historiador, em 1975, a maioria dos documentos comprometedores foi incinerada, e um dos poucos relatórios salvos é o Relatório Especial de Informações nº 6, da Agência de Informações de Marabá, estado do Pará, no qual há informações sobre guerrilheiros e militares envolvidos na guerrilha entre 05/10/73 e 15/11/73. O historiador criticou a postura do Arquivo Nacional afirmando “tenho a impressão de que os militares da repressão hoje são mais transparentes com relação à divulgação de documentos secretos do que o Arquivo Nacional”. Entretanto, o diretor do Arquivo Nacional, Jaime Antunes, afirmou desconhecer o fato, alegando que os únicos documentos que sofrem algum tipo de controle são aqueles produzidos por órgãos institucionais, e mesmo os documentos considerados secretos podem ser abertos ao público depois de 30 anos. Antunes ainda afirmou que instituição está disposta a receber os documentos de Studart, o qual criticou duramente a instituição por sua falta de transparência. Studart afirmou que tem preferência por doar os documentos para a Universidade de Brasília (UNB), pois esta já possui um software desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em plataforma colaborativa, o

que permite abrigo e a consulta dos documentos pela internet, porém ainda não houve muitos avanços com a reitoria da universidade. (Jornal do Brasil – Premium – 15/04/11)

9- Embraer busca parcerias para melhor se posicionar na disputa pelo fornecimento de tecnologia às Forças Armadas Brasileiras

Segundo informação veiculada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) fechou dois acordos que devem ajudá-la a se posicionar na disputa para o fornecimento do Sistema de Monitoramento das Fronteiras (Sisfron) ao Exército brasileiro. Uma das parcerias inclui a compra de 50% do capital da Atech Negócios e Tecnologias por R\$ 36 milhões, enquanto a segunda prevê a criação de uma joint-venture entre Embraer e AEL Sistemas, subsidiária no Brasil da israelense Elbit Systems, com controle acionário da Embraer para a venda de veículos aéreos não-tripulados (Vant). De acordo com o presidente-executivo da Embraer Defesa e Segurança, Luiz Carlos Aguiar, as últimas movimentações da companhia estão totalmente relacionadas com o Sisfron, como por exemplo, a Embraer havia anunciado a aquisição de posição majoritária na divisão de radares da Orbisat, que já tem acordos em vigência com o Exército brasileiro, por R\$ 28,5 milhões. A Orbisat desenvolveu, em parceria com o Exército, o radar SABER M60, que será a base do Sisfron. De acordo com Aguiar, a Embraer também realizou um acordo com Argentina e República Checa para o fornecimento de componentes para o avião KC-390 produzido pela companhia brasileira. A empresa argentina FAdA proverá os spoilers e outras peças, ao passo que a Empresa Aero Vodochody, da República Checa, será responsável pelas aeroestruturas. Aguiar asseverou que esses acordos ampliam o compromisso dos países na aquisição dos KC-390, e por conseqüência expandem a influência desse modelo no mundo. A Embraer já recebeu cartas de intenção para a aquisição de 60 unidades dos aviões, sendo 28 direcionados à Força Aérea Brasileira (FAB). A companhia aguarda a certificação do KC-390 para 2014, e permissão para operação em 2016, almejando abarcar um terço do mercado mundial de cargueiros, o que implicaria no montante de US\$ 18 bilhões. De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, a Embraer fechou no dia 14/04/11, um contrato de R\$ 276 milhões para modernizar 11 caças F-5 da FAB, o que adicionará aos mesmos mais 15 anos de vida útil. A Embraer já foi responsável pela reforma de 39 caças, adquiridos nos anos 1970, faltando apenas sete caças para cumprir este primeiro contrato de 2000, cuja execução teve início em 2004. O contrato também prevê o fornecimento de um simulador de vôo da mesma aeronave. (O Estado de S. Paulo – Nacional - 13/04/11; *Folha de S. Paulo* – Nacional – 15/04/11; O Estado de S. Paulo – Economia - 14/04/11).

10- Em feira de defesa e segurança, Nelson Jobim discursa em prol de lei que garanta investimentos na área de defesa

Os periódicos *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo* noticiaram que o vice-presidente da República, Michel Temer, e o ministro da Defesa, Nelson Jobim, abriram no dia 12/04/11, no Rio de Janeiro, a Laad Defense & Security, maior feira de defesa e segurança da América Latina, evento este que reúne, a cada dois anos, empresas brasileiras e internacionais

especializadas no fornecimento de equipamentos e serviços para as Forças Armadas, polícias, forças especiais e serviços de segurança. Em seu discurso na solenidade, Nelson Jobim defendeu os investimentos na área de defesa, em consonância com o crescimento do Brasil na economia mundial e nas relações internacionais e ainda reivindicou que o Congresso Nacional aprove uma lei para garantir orçamentos plurianuais estáveis para a aquisição de equipamento militar para as Forças Armadas brasileiras. O ministro afirmou também que três projetos prioritários não sofrerão com os cortes orçamentários previstos pelo governo para 2011: a compra de quatro submarinos de modelo francês, a montagem de 50 helicópteros EC 725 Super Cougar e o desenvolvimento do veículo blindado médio sobre rodas Guarani para o Exército. De acordo com o *Estado*, ao ser indagado sobre a compra dos 36 caças para a Força Aérea Brasileira, Jobim indicou que o projeto foi temporariamente suspenso pela presidente Dilma Rousseff, e que poderá não ser concluído em 2011. (Folha de S. Paulo - Poder - 13/04/11; Jornal do Brasil - País - 13/04/11; O Estado de S. Paulo - Nacional - 13/04/11).

11- Projeto que prevê o fim do sigilo eterno de documentos ultrassecretos deve ser aprovado pelo Senado

Conforme noticiou o jornal *Folha de S. Paulo*, a presidente da República, Dilma Rousseff, além de apoiar o projeto que prevê o fim do sigilo eterno dos documentos considerados ultrassecretos, determinou que a base do governo no Senado agilizasse a admissão do documento, que já foi aceito na Câmara dos Deputados. O Planalto pretende aprovar o documento no dia 03 de maio, Dia Mundial de Liberdade de Imprensa. De acordo com o jornal, antigamente, o governo ponderava que telegramas diplomáticos, documentos do período do regime militar (1964-1985) e da Guerra do Paraguai deveriam ser classificados como sigilosos. Hoje, os textos considerados ultrassecretos podem permanecer em sigilo por até 30 anos, e ter prazo renovado indefinidamente. Essa política foi seguida pelos presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Todavia, o projeto de lei atual prevê o prazo de 25 anos para os documentos ultrassecretos e uma única renovação, 15 anos para os secretos e cinco para os reservados. Segundo o jornal, o projeto de lei teve como relator o governista Walter Pinheiro, e foi conduzido ao Congresso em 2009, mas o presidente Lula foi partidário a setores governamentais como Itamaraty e Defesa, favoráveis ao sigilo. No momento, espera-se que o documento seja avaliado como urgente e tramite diretamente no Senado. O único obstáculo está na determinação de instaurar uma Comissão Mista de Reavaliação de Informações, que contemplaria membros dos Três Poderes, aspecto que o Senado avalia como inconstitucional. Segundo os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o senador Pinheiro acredita que “esse projeto é instrumento para frente, não é um instrumento de perseguição para trás nem é para vasculhar arquivos. É um projeto que vai ao encontro de um apelo mundial e de consolidação democrática”. A previsão é que o projeto seja votado nos dias 19 e 20/04/11, em três comissões do Senado -Ciências e Tecnologia, Relações Exteriores e Direitos Humanos-, porém se o mesmo não for votado irá direto para plenário. De acordo com o editorial da *Folha de S. Paulo*, Rousseff, na condição de ministra-chefe da Casa Civil, foi a responsável por enviar ao Congresso

Nacional tal projeto de lei que modifica a regra para manutenção de segredo sobre documentos oficiais, e agora pode tornar-se responsável por dar fim à prática discricionária de considerar os documentos ultrassecretos protegidos por sigilo eterno. De acordo com a *Folha*, a nova lei consagrará a transparência dos atos públicos, pois uma nação aprende com seus erros e acertos e isso se torna impossível quando o público não tem acesso a eles. O acesso aos documentos será “um poderoso instrumento de controle da sociedade sobre os governantes”. (Folha de S. Paulo - Poder - 14/04/11; Folha de S. Paulo – Opinião – 15/04/11; Folha de S. Paulo – Poder – 15/04/11; O Estado de S. Paulo – Nacional – 15/04/11)

12- União Européia convida o Brasil para participar das missões de paz do bloco

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, Catherine Ashton, chefe da diplomacia da União Européia (UE), visitará o Brasil em maio para propor um acordo no qual o país associará suas forças de paz às missões do bloco. Segundo a *Folha*, em julho de 2010, através de uma carta endereçada ao então ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, foi realizado o primeiro contato entre União Européia e Brasil. O acordo deverá contemplar as condições da participação brasileira, como o envio de tropas e o emprego de policiais e profissionais da área jurídico. Segundo o jornal, a UE informou que o convite pauta-se na aspiração brasileira de expandir sua participação em ações internacionais. De acordo com a *Folha*, atualmente a UE conta com nove missões de paz na África, no Leste Europeu e no Oriente Médio, as quais visam manter e construir a paz, restaurar o Estado de direito e habilitar militares e policiais dos países em questão. As operações não são subordinadas à Organização das Nações Unidas, mas sim de responsabilidade do bloco europeu. O jornal enfatizou que qualquer decisão do governo brasileiro em relação à proposta deve ser apurada pelo Congresso Nacional. (Folha de S. Paulo - Mundo - 14/04/11)

13- Associação de militares tenta barrar novela sobre o período militar

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a Associação Beneficente dos Militares Inativos e Graduados da Aeronáutica (Abmigaer) lançou uma abaixo-assinado na internet, evocando a Lei da Anistia, em que pede a censura à novela do SBT “Amor e Revolução”. Tal novela retrata o período de repressão aos militantes de esquerda durante o regime militar (1964-1985). O autor Tiago Santiago repudiou esta tentativa de censura. (Folha de S. Paulo – Poder – 15/04/11)

SITES DE REFERÊNCIA

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br
Jornal do Brasil – www.jb.com.br
O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

****Equipe:**

Alexandre Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Ana Paula Silva (Supervisora, mestranda em História), Diego Barbosa Ceará (Redator, mestrando em História, bolsista FAPESP); Etelmar Cristina Citrângulo Morente (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Fred Maciel (Redator, mestrando em História); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Mariana de Freitas Montebugnoli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Victor Missiato (Redator, mestrando em História, bolsista CAPES)